ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2025 – PNAB SOBRE O JUSTIFICATIVA/RESPOSTA DE RECURSO

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Bueno Brandão, localizada na Rua Coronel Ramalho, nº 127, os membros da Comissão Julgadora, nomeada pelo **Decreto Municipal nº 057/2025**, com a finalidade de **analisar e julgar os recursos interpostos**, bem como **revisar a pontuação atribuída**, no âmbito do **Edital de Chamamento Público nº 02/2025 – Premiação Cultural**, vinculado à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB. Estiveram presentes os membros efetivos da Comissão Julgadora: Sr. Maurílio Gustavo de Oliveira, Sra. Adriele Garcia Costa e Sr. Geraldo Ederson Adami. A reunião teve início às 14h30 (Quatorze horas e trinta minutos), sendo conduzida pelo Sr. Maurílio, que agradeceu a presença dos membros e relembrou os princípios orientadores da análise: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a observância do disposto no edital, especialmente quanto aos critérios de avaliação e impedimentos legais. Todos os presentes declararam não possuir conflito de interesse com os proponentes inscritos. Após concluídas as etapas de avaliação e publicação do resultado preliminar do Edital de Chamamento Público nº 02/2025 Premiação Cultural, vinculado à Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, foram interpostos recursos por dois proponentes: **I- Monique Lima Leite e II- Gerson Geraldo Rossi**. Em conformidade com os prazos e procedimentos previstos no edital, a Comissão Julgadora se reuniu para análise detalhada dos argumentos apresentados, bem como para reavaliação das documentações e pontuações atribuídas originalmente. Foram observados os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e critérios objetivos definidos no edital, com atenção especial aos itens relacionados à avaliação técnica e aos critérios de desempate. **I Recurso interposto por Monique Lima Leite**. Em atenção ao recurso apresentado por Monique, esclarece-se que suas notas nos **critérios obrigatórios foram atribuídas com grau pleno de atendimento**, conforme avaliação técnica realizada pela Comissão Julgadora, sua **colocação como suplente**, apesar da pontuação equivalente à de outra proponente, se deu com base no **item 11.6 do edital**, alínea III, que prevê como critério de desempate a **maior idade entre os proponentes**. Após análise detalhada da inscrição e reavaliação das alegações contidas no recurso, **não foram identificados elementos que justificassem a concessão de pontuações adicionais** ou a alteração das notas atribuídas. Assim, a Comissão **indeferiu o pedido de revisão de pontuação**. **II Recurso interposto por Gerson Geraldo Rossi**. Em resposta ao recurso apresentado por Gerson, a Comissão Julgadora esclarece que nos **critérios A, B, D, E, F e G**, da pontuação obrigatória, foi atribuído **grau de atendimento pleno**. Entretanto, no **item C da pontuação obrigatória**, a Comissão atribuiu **grau satisfatório**, considerando a natureza das apresentações culturais descritas, as quais foram **realizadas mediante cobrança de ingressos**, ainda que com valor irrisório. Essa condição, verificada com base nos documentos apresentados no ato de inscrição, compromete o **atendimento pleno ao critério**, que valoriza iniciativas de acesso gratuito à cultura. Após cuidadosa análise dos materiais e justificativas apresentadas no recurso, a Comissão entendeu que **não há fundamentos que justifiquem a concessão de pontuação adicional**, mantendo-se, portanto, a nota originalmente atribuída. Assim, o recurso é **indeferido**. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, **Adriele Garcia Costa**, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. Maurílio Gustavo de Oliveira–

_____; Adriele Garcia Costa –
_____; Geraldo Ederson Adami –
_____.